

- Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho, em representação do Senhor Primeiro Ministro
- Senhores Membros da Mesa
- Caras e Caros Convidados
- Caras e Caros Congressistas

A organização do VII Congresso Europeu de Relações de Trabalho foi para a APERT – Associação Portuguesa para o Estudo das Relações de Trabalho um momento fundamental na ainda sua curta história.

É de registar, em particular neste Congresso, que registou a presença de mais de 400 Congressistas:

- A participação dos mais importantes especialistas europeus e uma alargada participação de fora da Europa, particularmente da Austrália e dos Estados Unidos;
- A apresentação de mais de 130 Comunicações, não só no quadro do Congresso e dos seus 3 plenários e 31 Grupos de Trabalho sobre os 3 temas do Congresso, mas também nos 11 Seminários Especiais;
- A realização de um Painel sobre a estratégia de Lisboa;
- O Seminário de Pré-Congresso sobre o sistema Português de Relações de Trabalho e a visita a 4 empresas;
- A reunião de 11 Grupos de Trabalho da Associação Internacional.

Um agradecimento especial à Associação Internacional de Relações de Trabalho, não só pela escolha de Portugal, mas também por todo o apoio para a Organização do Congresso. Permitam-me destacar aqui o seu Secretário Tayo Fashoyn, que acompanhou os trabalhos desde a primeira hora, e também o seu Presidente Luís Aparício Valdez, do

Peru, o seu Presidente futuro Russel Lansbury da Austrália e o seu último Presidente Manfred Weiss, da Alemanha, cuja presença aqui traduziu um especial incentivo.

E também um agradecimento à Comissão de Honra do Congresso – ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro das Actividades Económicas e do Trabalho, ao Senhor Presidente do Conselho Económico e Social, aos Senhores Presidentes dos Conselhos de Reitores das Universidades Portuguesas e aos responsáveis máximos das Confederações Patronais e Sindicais.

Permitam-me aqui destacar o apoio que desde a primeira hora recebemos do Senhor Secretário de Estado do Trabalho, aqui presente, que mobilizou apoios e incentivou uma participação alargada de especialistas da Administração Pública.

Uma palavra muito especial para a Comissão Científica, permitindo-me aqui destacar o papel do seu Presidente e Presidente da APERT – Prof. Mário Pinto e dos três Relatores Gerais – Prof. Franz Traxler, Prof. Monteiro Fernandes e Prof. Kevin O’Kelly. Foram eles que conceberam o Programa do Congresso, que analisaram as comunicações apresentadas e que cooperaram estreitamente no encontro das soluções para a apresentação de todas as Comunicações. O nosso Muito Obrigado.

Discutimos aqui o Futuro do Trabalho na Europa – o Mercado e a Coesão Económica e Social. São temas centrais não só em termos de construção europeia, mas também questões que interessa aprofundar, face nomeadamente aos desafios da globalização e do alargamento.

Os sistemas de relações de trabalho estão hoje sujeitos, e o papel dos parceiros sociais está a mudar, em resposta às evoluções da Economia e da Sociedade e perante a dimensão europeia e os desafios do diálogo

social europeu e da participação nas sociedades europeias. E as mudanças não são apenas profundas nos Países do Alargamento, mas atingem todos os Países e a própria organização internacional dos parceiros sociais.

Para um País como Portugal, com uma democracia ainda jovem e conseqüentemente com um movimento associativo em fase de consolidação e reestruturação, sobretudo a nível das Confederações, é importante o conhecimento de outras realidades, das análises aqui apresentadas que questionam o papel dos sindicatos e dos empregadores, mas também dos poderes públicos na resposta às profundas mudanças que ocorrem no Mundo do Trabalho, a nível de qualificações, condições e organização de trabalho, qualidade e quantidade de emprego, maior acesso das mulheres ao trabalho por conta de outrem, participação dos imigrantes, problemas dos trabalhadores idosos, novas formas de precariedade e de exclusão, etc., etc

Cada País tem especificidades próprias na organização do seu sistema de relações de trabalho, que procuram responder aos desafios da Competitividade e do Emprego, num quadro de competição alargada e do esbatimento das fronteiras.

Cada vez mais a vantagem competitiva não está nos baixos salários, mas sim na incorporação do conhecimento humano, apostando na qualificação dos recursos humanos e na inovação, numa adaptabilidade com segurança no emprego. A necessária compatibilização dos interesses dos trabalhadores e empregadores, a conciliação entre a vida de trabalho e a vida familiar exige que, ao lado da legislação de trabalho se reforce a contratualização das relações de trabalho, em especial por via da negociação colectiva e da concertação social – a nível da empresa, sectorial, nacional e europeu.

Consideramos que não é por via da desregulamentação das condições de trabalho, que muitos Governos procuram impor, que se enfrentam os desafios da globalização, mas antes no reforço da regulação social por via dum diálogo social responsável que encontre as soluções que melhor se adaptem à realidade específica das empresas.

A sindicalização e a participação dos membros na vida das Organizações merecem especial atenção dos responsáveis e foram objecto de debate aprofundado neste Congresso.

Os Sindicatos precisam de aumentar a sua representatividade, de responder a novas necessidades de jovens, mulheres, imigrantes, trabalhadores idosos, respondendo às dificuldades de uma progressiva precarização da relação laboral.

Os empregadores têm que reconhecer que o aumento da participação cria melhores condições de competitividade e que o modelo social europeu foi e é condição fundamental para o desenvolvimento económico e social.

Os Sindicatos estão a mudar, exigindo-se novos modos de intervenção e resposta aos problemas com que hoje são confrontados. O próprio movimento sindical internacional procura novas formas orgânicas que reforcem a unidade e melhor respondam às multinacionais e às Organizações internacionais com papel relevante a nível de espaços regionais e da globalização.

O diálogo social precisa de ser aprofundado a nível nacional, mas também a nível europeu, o que implica questionar a representação dos parceiros sociais nos seus diferentes níveis e as capacidades efectivas de negociação.

Estou certo que as Comunicações apresentadas e os debates havidos abriram novos espaços de estudo e investigação, mas também de acção.

As Comunicações, que foram distribuídas em CD, merecerão certamente uma análise mais aprofundada.

Senhoras e Senhores Congressistas,

A Comissão Executiva do Congresso procurou criar as condições adequadas para o debate, respondendo a solicitações muito diversificadas por parte de Congressistas e de Organizações Nacionais e Internacionais.

Permitam-me aqui um agradecimento muito especial à equipa do Secretariado, coordenada pela Dra. Cândida Palminha, Secretariado cuja capacidade e dedicação foi excepcional. E também um agradecimento a todos aqueles que, na Fundação José Fontana e na UGT, trabalharam empenhadamente na organização do Congresso.

Um agradecimento também aos nossos intérpretes, que tornaram mais fácil a comunicação entre todos nós.

Senhoras e Senhores Congressistas,

A nossa Associação Internacional de Relações de Trabalho, sediada na Organização Internacional do Trabalho, tem desenvolvido um trabalho notável, na promoção de Congressos Mundiais e Regionais e num trabalho de estudo e investigação com os seus Grupos de Trabalho e publicações.

Coloca hoje em rede milhares de especialistas em todo o Mundo, ligados às Universidades e Instituições Científicas, às Administrações

Públicas e aos Parceiros Sociais-Patronais e Sindicais e a muitos que individualmente se interessam por este tema.

A APERT procurará no futuro ser um parceiro cada vez mais activo da AIRT, na qual estamos filiados, mobilizando a Comunidade Nacional para essa participação.

Aos colegas estrangeiros, esperamos que este Congresso vos tenha permitido conhecer um pouco melhor este País e os votos de um bom regresso a casa.

A todos os Congressistas o nosso MUITO OBRIGADO.

10 de Setembro de 2004

*Intervenção de João Proença*

*Presidente da Comissão Executiva do Congresso, Vice-Presidente da APERT e Secretário Geral da UGT*